

Experiências



EXASPERAR BARTLEBY

Fórmula – Alegoria – Reticência

EXASPERATING BARTLEBY: FORMULA – ALLEGORY – RETICENCE

João Pedro Cachopo*
Universidade de Lisboa (UNL)

RESUMO

O presente ensaio discute o “efeito Bartleby” nas suas dimensões literária, filosófica e política, tomando em consideração as leituras da novela de Melville propostas por Blanchot, Deleuze, Agamben, Hardt, Negri, Žižek, entre outros autores. Distingue-se dois procedimentos – um mais centrado na “fórmula”, outro na “alegoria” – e mostra-se como eles podem convergir ou divergir naquelas leituras. A “reticência” final expressa uma preocupação crítica a respeito da relação entre literatura e política. À custa de verificar quer as dificuldades na articulação entre “fórmula” e “alegoria” quer a prevalência de um sentido “messiânico” quando aquela articulação parece bem sucedida, sugerir-se-á que o reconhecimento de uma “política da literatura” não se confunde com – e não admite – a transformação de uma qualquer personagem ou fórmula literárias num emblema do político.

PALAVRAS-CHAVE

Bartleby, Melville, fórmula, alegoria, política,
literatura, filosofia

Je suis mal à l'idée de prendre
pour réussite ce qui est échec.

Georges Bataille

I. Bartleby – é provável que de nenhuma outra figura ou personagem se possa dizer com tão poucas hipóteses de se equivocar que ela dá o nome a uma constelação a um só tempo literária, filosófica e política. *Literária*, por razões mais e menos óbvias: porquanto Bartleby, o herói da novela publicada por Herman Melville em 1856, é também um escrivão, um copista (um que, como o próprio escritor, acabará por preferir não escrever). *Filosófica*, em virtude da miríade de leituras que suscitou entre filósofos nas

* jpcachopo@gmail.com

últimas décadas. *Política*, porque tomando o pulso à famigerada e enigmática fórmula “I would prefer not to”, são também alegorias de uma outra *política* ou de uma outra *comunidade* – em torno de tópicos como os da resistência, da passividade, do involuntarismo – que tomam a dianteira.

Mas convém não generalizar. Na verdade, as aproximações a Bartleby ensaiadas por Blanchot, Deleuze, Agamben, Hardt, Negri ou Žižek – para mencionar apenas os discutidos mais detidamente neste ensaio – são demasiado díspares para que se possa reconhecer nelas um mínimo múltiplo comum, fosse este o tópico da resistência passiva ou outro. Mesmo aqueles em cuja obra a figura de Bartleby merece mais atenção divergem consideravelmente. Escapar a qualquer visão consensual está entre os objectivos deste ensaio, que se deterá em alguns dos contrastes que desunem as aproximações acima referidas.

Nesse sentido, a reflexão que se segue contorna o itinerário traçado pelas observações muitas vezes certeiras de Gisèle Berkman, no relativamente recente *L'Effet Bartleby. Philosophes lecteurs*. Não que seja ilícito postular um “efeito Bartleby”, antes pelo contrário. Mas permanece discutível que um tal efeito se jogue fundamentalmente no facto de Bartleby se ter transformado “num emblema de como a literatura, qual sirene, toma e seduz a filosofia”.¹ É verdade que Berkman, debatendo-se com os aspectos políticos da leitura de Agamben, frisa que este “se situa na extremidade da cartografia da qual se esboçaram os contornos” (p. 161), mas as implicações políticas deste e doutros contrastes – sendo que o livro se centra em Blanchot, Derrida, Deleuze e Agamben – permanecem em segundo plano. Por fim, é o eco de *um* efeito Bartleby, em torno dos avatares de uma certa “indivisão entre literatura e filosofia” (p. 158), que, não obstante as *diferentes* leituras que o constituem, reverbera nos ouvidos do leitor.

Mapear todos esses contrastes não está ao alcance deste curto ensaio, ainda que seja com o objectivo de tornar tão nítidas quanto possível as dissonâncias do “efeito Bartleby” que se arrisca adoptar a *fórmula* e a *alegoria* como dois modos distintos de pô-lo em perspectiva. Seguir-se-á uma *reticência* – como que a pontuar um processo de releitura que, por razões que esclareceremos mais à frente, gostaríamos de poder caracterizar, não só mas também, como exasperante.

1. – FÓRMULA –

II. “Imagine-se a minha surpresa, ou antes, a minha consternação, quando, e sem se mover do seu retiro, Bartleby, numa voz singularmente suave e firme, me respondeu: – Preferiria não o fazer”.² *Nem* negação, *nem* afirmação – mais do que numa recusa explícita (i.e., a manifestação de uma vontade negativa: de um *querer não*), a fórmula detém-se num limiar, na manifestação de uma preferência: *I would prefer not to...* De uma preferência negativa. *Quase* “não”, portanto. *Quase* uma recusa. Mas também,

¹ BERKMAN. *L'effet Bartleby*, p. 15. Todas as traduções dos textos citados neste artigo são de autoria própria.

² MELVILLE. *Bartleby*, p. 26.

enquanto manifestação afirmativa de uma preferência (embora negativa), *quase* “sim”. *Quase* afirmação de uma vontade negativa. Ou seja, “ao mesmo tempo *quase* sim e *quase* não. Bartleby está quase imóvel, quase silencioso, quase inútil, quase morto, quase incompreensível”.³

Com efeito, Bartleby não diz que se recusa a fazê-lo, nem que não o fará. Bartleby diz que preferiria (não o fazer). Como alguém que, noutra contexto (e noutra tom de voz), manifestasse não ter decidido ainda se o fará ou não. Contudo, é “numa voz singularmente suave e firme” (p. 26) que Bartleby responde ao advogado que o contratara: *Preferiria não*. Nada na atitude de Bartleby revela indecisão – que, além disso, também não transpareça hostilidade, crispação ou insolência é o que a torna especialmente desconcertante aos ouvidos incrédulos do advogado.

O seu semblante mantinha-se tranquilo; os olhos, cinzentos e calmos. Nem uma ruga de inquietação o agitava. Tivesse havido na sua atitude o mínimo de inquietação, cólera, de impaciência ou impertinência; por outras palavras, tivesse havido alguma coisa de ordinariamente humano nele, sem dúvida que eu logo o teria despedido sem qualquer contemplação (p. 26 e subsequentes).

III. A fórmula é *contagiosa*. Não tardou a que os colegas de Bartleby e o próprio advogado vissem a sua maneira de falar contaminada pela sua vagueza: este último, inquieto, confessa que “adquirira o hábito de usar involuntariamente o vocábulo ‘preferir’” (p. 49); já Nippers aventa que “se ele [Bartleby] pelo menos preferisse tomar um quarto de boa cerveja todos os dias, isso o faria corrigir-se” (p. 50). Sublinhar o efeito de contágio é também o que está em causa numa leitura literal, nos termos em que Deleuze se reclama dela em “Bartleby, ou la formule”. A fórmula não quer dizer senão o que diz, com os seus efeitos. A sua eficácia *agramatical* não depende de nenhuma decifração, de nenhuma mediação hermenêutica. *I would prefer not to* é a fórmula da glória de Bartleby, que “cada leitor amoroso [...] repete quando chega a sua vez”.⁴ Mas é o seu efeito sobre o próprio Bartleby, nota também Deleuze, o mais relevante.

O escrivão copiava até que, chamado a conferir um documento com o advogado, diz que prefere não o fazer. Ou, para ser rigoroso, diz simplesmente: “preferiria não...” e, de facto, não o faz. Continua, porém, a copiar, ainda que cada vez mais lenta e intermitentemente. Recusa, cada vez que para tal é requisitado, a execução de qualquer outra tarefa. A cada recusa – de uma actividade alternativa àquela em que está ocupado (a da cópia) – cresce a força da preferência negativa até ao ponto em que fronteira entre as alternativas não preferidas e a actividade de partida (supostamente preferida) se torna indiscernível.

O efeito da fórmula-bloco é não só recusar aquilo que Bartleby prefere não fazer, mas também tornar impossível aquilo que fazia, aquilo que era suposto ainda preferir fazer [...] A fórmula é devastadora porque elimina o preferível tão impiedosamente como qualquer não-preferido (p. 92).

³ JAWORSKI. *Melville: Le désert et l'empire*, p. 19.

⁴ DELEUZE. *Bartleby, ou la formule*, p. 89.

Desliza-se da preferência negativa para a negação – ou neutralização – da própria vontade. Blanchot, vendo na fórmula uma expressão do “neutro”, explicita, em *L'écriture du désastre*, a transição imperceptível da preferência negativa para a negação da preferência nos termos de um apagamento: “*Preferiria não* (o fazer). A frase fala na intimidade das nossas noites: a preferência negativa, a negação que apaga a preferência e se apaga nela, o neutro do que não há a fazer [...]”.⁵ Já Deleuze, leitor de Nietzsche e Blanchot, retém “não uma vontade de nada, mas o crescimento de um nada de vontade”⁶ – característica que, como veremos mais adiante, permitirá distinguir Bartleby de Ahab (o baleeiro obstinado de *Moby-Dick*). A ideia de “crescimento” restitui a temporalidade do contágio: de um estupor que alastra lenta mas inexoravelmente. Aquilo que se diz preferir não (fazer), e que não se faz efectivamente, é irrelevante (poderia ser isso ou outra coisa qualquer). Eis pois a regra de uma tal “lógica da preferência negativa: negativismo para além de toda a negação” (p. 93).

De facto, trata-se de uma recusa (ou quase) que não é propriamente decidida, uma recusa que, nas palavras de Blanchot, seria como que “uma abstenção que não teve de ser decidida, que precede toda a decisão [...] ou ainda a abnegação aceite como o abandono do eu, desamparo da identidade, a recusa de si que não se crispa na recusa, abrindo-se antes à fraqueza, à perda de ser, ao pensamento”.⁷ Bartleby *não decidiu* mas *está decidido*, como se padecesse a decisão que não deliberou. E abandona-se-lhe até à morte. É a própria instância do eu – de um eu que prefere, deseja ou quer – que define. Por fim, para Blanchot, o definimento do eu coincide com a sobrevivência da escrita, onde “a linguagem se cala ao perpetuar-se” (p. 219). Abre-se um “fora” ou outra língua na língua, cujo efeito, segundo Deleuze, é “arrastar toda a linguagem, fazê-la fugir, impeli-la até ao seu próprio limite para lhe descobrir o Fora, silêncio ou música”.⁸

IV. É como quem se abstém de “querer” que Bartleby diz: *preferiria não o fazer*. Se resiste, fá-lo passivamente, involuntariamente, desapaixonadamente – mas também serenamente, sem receio nem hesitação. Ou seja: *não* diz que preferiria não (o fazer) *nem* como quem permanece indeciso *nem* como quem tomou uma decisão. Di-lo então como?

Deparamos aqui com uma bifurcação, com duas respostas igualmente viáveis: 1) como quem se apercebe por fim, ainda que a pouco e pouco, de que já *não pode* fazer nem isto nem aquilo, de que já não poderia fazê-lo independentemente do que quisesse ou preferisse, que fazer se tornou *impossível*; ou: 2) como alguém que, pelo contrário, descobre, imune às razões do dever e do querer, que *pode* fazer, escrever, copiar *não mais do que pode não* fazer, *não* escrever, *não* copiar? É-se atravessado pela evidência do *impossível* ou do *contingente*?

Afloramos o fio do contraste entre as leituras de Deleuze e Agamben – o fio perdido no novelo emaranhado dos aspectos mais óbvios que têm em comum: a subtracção

⁵ BLANCHOT. *L'écriture du désastre*, p. 219.

⁶ DELEUZE. Bartleby, ou la formule, p. 92.

⁷ BLANCHOT. *L'écriture du désastre*, p. 33.

⁸ DELEUZE. Bartleby, ou la formule, p. 94.

ao afirmativo e ao negativo, o esboroamento da vontade, o horizonte de uma comunidade por vir, etc. Para Deleuze, está em causa que qualquer uma das actividades alternativas se torna *impossível*. Para Agamben, que o *não fazer* se revela tão *possível* quanto o fazer. O teor contrastante, como veremos, das respectivas *alegorias* – pois é de alegorias, digamo-lo sem pejo, que em ambos *também*⁹ se trata – decorre essencialmente desse contraste.

V. É talvez possível acrescentar uma quarta observação acerca da fórmula (além das relativas à oscilação entre afirmação e negação, à lógica do contágio, e à irreduzibilidade da preferência à vontade). No seu uso mais corrente, a expressão *I would prefer (not) to* não é senão uma forma cordata de dizer *I prefer (not) to...*, sendo equiparável a *I had rather (not)...* ou a *I would rather (not)...* Mas este é apenas um (o mais óbvio e habitual) de dois tipos de ocorrência possíveis.

A expressão pode também pressupor uma oração condicional, e nesse caso não é totalmente permutável com *I prefer (not) to* ou com *I would have preferred (not) to*. No caso de *I would prefer (not) to*, tratar-se-ia de algo presentemente improvável ou mesmo impossível, por força de um limite imposto ora pelo real ora pela lei. Por exemplo, no primeiro caso: *If I were you, I would prefer (not) to...* Ou, no segundo caso, como Abraão – recorda Derrida – que, quando decide sacrificar Isaac, obedecendo à lei divina, preferiria, nesse mesmo instante, não o fazer: “ele não decidirá *que não*, ele decidiu *que sim* – mas preferiria *não*”.¹⁰ Simplesmente, no caso de Bartleby, não se tem notícia de qualquer decisão, que desaparece entre a preferência e o mandamento. Agora, é despojada de vontade que a preferência enfrenta a lei e o real – a força do que é *de jure* ou *de facto*.

O enigma da fórmula, na sua forma lacunar – mas não, como frisa Deleuze, estritamente agramatical – deve-se, portanto, não só ao vazio que se segue a *to...*, mas também à incógnita dessa força, que se revela absoluta na sua invisibilidade. Independentemente do que se lhe solicite, ordene, aconselhe, sejam quais forem as circunstâncias, as razões, as consequências, Bartleby dirá *incondicionalmente*: *I would prefer not to...* Por mor de que paixão ou de que revelação fulgurantes? Onde paira o *incondicionado* de Bartleby?

⁹ Afirmar que o elemento alegórico não está ausente da leitura de Deleuze não implica minimizar a importância do seu procedimento literal, nem apontar-lhe uma contradição. Significa tão-só reconhecer uma tensão entre os procedimentos literal e alegórico, que é por demais óbvia a partir do segundo terço do ensaio “Bartleby, ou la formule” (p. 96-114), e que autores, que não deixaram de reconhecer os méritos da sua leitura, embora se afastem mais ou menos dela – refiro-me a Rancière e a Zourabichvili –, não deixaram de reconhecer. É vice-versa: também em Agamben, cuja leitura é manifestamente alegórica desde o início – Agamben reconhece nas tradições grega, judaica, cristã e islâmica os elementos de uma equiparação alegórica entre escrita e criação que lhe serve de ponto de partida – o elemento literal é determinante, sendo como que o fermento da alegoria. O modo como relê o rumor acerca da antiga profissão de Bartleby é disso paradigmático, como veremos mais adiante.

2. – ALEGORIA –

VI. No princípio, era a fórmula. Como notou Rancière, leitor de “Bartleby, ou la formule” de Deleuze, o “termo [fórmula] situa o pensamento da obra numa dupla oposição. Por um lado, a fórmula opõe-se à estória, à intriga aristotélica, Por outro, opõe-se ao símbolo, à ideia de um sentido oculto atrás da narrativa”.¹¹ Não se trata fundamentalmente, portanto, nem das aventuras e desventuras de um copista melancólico nem de um símbolo da condição humana; e isto apesar de que – sugerimo-lo já por nossa conta – “a clareza de princípio desta dupla oposição [à estória e ao símbolo] não subsiste assim tão facilmente na sua aplicação” (p. 179).

Eis como opera a fórmula de Bartleby: começar por “preferir *não* conferir, mas assim sendo também *não* preferir copiar”.¹² Ou por outra: “Foi-lhe preciso recusar um para tornar o outro impossível” (p. 92). Nem conferir, nem copiar. Mas há mais em jogo – apercebe-se o leitor do ensaio de Deleuze – na proliferação literal do “nem”. Ele é o operador tanto do alastramento do *impossível* como do esgotamento do *possível* (o tópico do esgotamento ressurgirá em *L'épuié*, desta feita em torno da obra de Beckett). Zourabichvili, no ensaio “Deleuze et le possible (de l'involuntarisme en politique)”, em que discute as valências políticas do *esgotamento do possível*, revela-o na sua ambivalência: “o enunciado ‘esgotar o possível’ divide-se, conforme se entenda por possível uma alternativa ou uma potencialidade”.¹³ Daí que “dois discursos aparentemente opostos coexistam em Deleuze: esgotar o possível / criar o possível” (p. 337).

Por fim, um tal gesto revela-se consonante com a expectativa ou uma certa esperança confiante [*espérance*], distinta de uma esperança meramente crédula [*espoir*], que importa ter no mundo. O que se espera, confiando no mundo, não é um mundo melhor entre os mundos possíveis do futuro, mas o seu avesso virtual: um mundo – este mundo – que só o esgotamento do possível pode tornar actual. Mas se há um novo mundo, há também o *homem novo*, “o Homem do porvir ou de um novo mundo”.¹⁴ Contra o velho mundo, o da “moral europeia da salvação e da caridade” (p. 112) o sonho (do) americano – e (do) proletário, pois “num mesmo messianismo, surpreendemo-lo [ao novo homem] ora do lado do Proletário ora do lado do Americano” (p. 96). A jusante do mundo velho, a montante da segunda natureza, Bartleby não está – não poderia estar – só nessa viagem.

São da nova humanidade quer a *carne* a um só tempo angélica e diabólica quer a *alma* a um só tempo hipocondríaca e monomaníaca de Bartleby e de Ahab. É da sua aliança contra a figura paterna que pode nascer a comunidade por vir. Na sua obstinação, a perseguição de Ahab – que comete o “pecado prometaico por excelência, escolher” (p. 101) – não é menos determinante, no nascimento de um novo homem, do que a

¹⁰ DERRIDA. *Donner la mort*, p. 106.

¹¹ RANCIÈRE. Deleuze, Bartleby et la formule littéraire, p. 179.

¹² DELEUZE. Bartleby, ou la formule, p. 92.

¹³ ZOURABICHVILI. Deleuze et le possible (de l'involuntarisme en politique), p. 337.

¹⁴ DELEUZE. Bartleby, ou la formule, p. 96.

esquivez de Bartleby. E eis que o “mais alto problema que ensombra a obra de Melville” (p. 107) se joga a dois tempos: reunir os dois “originais” da primeira natureza (o “demónio” e o “anjo”), reconciliando-as com a natureza segunda, a fim de destronar a função paternal.

Libertar o homem da função do pai, fazer nascer o novo homem ou homem sem particularidades, reunir o original e a humanidade constituindo uma sociedade de irmãos enquanto nova universalidade [...] Como se poderia realizar essa comunidade? Como se resolveria o mais alto problema? Mas não estará este já resolvido por si mesmo, na medida precisamente em que não é um problema pessoal, mas uma problema histórico, geográfico, político? [...] Não está em causa um fantasma edipiano, mas um programa político (p. 109).

Bartleby, porém, não parte; fica preso nas malhas da segunda natureza, retido no labirinto kafkiano de um mundo que não chegou a tornar-se novo; por fim, é sacrificado. Também Melville não conhecerá o êxito, mas nem por isso, remata Deleuze, deixará de ser o “portador de uma enunciação colectiva, que não mais abandonou a história literária, e que preserva os direitos de um povo por vir, ou de um devir humano” (p. 114). Já Bartleby “não é o doente, mas o médico de uma América doente, o *Medecine-man*, o novo Cristo ou irmão de todos nós” (p. 114).

VII. A alegoria de Agamben – que o próprio chamará “pura poesia” ou “experiência sem verdade” (pois a verdade seria o que nela está em causa)¹⁵ – assenta, também, numa exploração exaustiva da fórmula e da constelação filosófica que lhe confere toda a sua pregnância ontológica. É o possível e o impossível, o necessário e – sobretudo – o contingente que estão em jogo. E pondo a tónica neste último, que dá o título ao ensaio (“Bartleby o della contingenza”), trata-se desde logo de desafiar “a *boutade* do Príncipe da Dinamarca, que reduz todo o problema à oposição entre ser e não ser” (p. 259), ao contrário da fórmula de Bartleby que “sugere um terceiro termo que transcende ambos” (p. 259). Mas traçar a genealogia filosófica de Bartleby, e tornar inteligível as suas implicações políticas, obriga Agamben a recuar até aos gregos (a Aristóteles e aos cépticos) e a revisitar a partir deles as tradições judaica, cristã e islâmica, a pretexto de equiparação – recorrente em textos teológicos dessas tradições – entre os actos da escrita e da criação (entendida como actualização da potência divina).

Reconsidere-se, para já, a fórmula. Agamben vê na expressão “não mais do que” (*to mallon*), que os cépticos empregavam para denotarem a suspensão do juízo (*epoché*), a que “se encontra mais próxima, morfológica e semanticamente, da litania de Bartleby” (p. 256). “Preferiria não (o fazer)” em vez de “não o farei”, seria pois equivalente a “dizer *não mais do que* dizer sim (de modo que *nem se recusa nem se aceita* em definitivo). A expressão “não mais do que” tornaria explícita essa peculiar suspensão entre a afirmação e negação, entre ser e não ser, entre fazer e não fazer, que caracteriza a fórmula de Bartleby, e que também estaria em causa no conceito aristotélico de potência. Pois para o Estagirita, recorda Agamben, “a potência de ser ou de fazer algo é sempre também a potência de não ser ou de não fazer (*dynamis me einai, me energein*), sem o que a potência teria sempre já passado à actualidade e seria indistinguível dela” (p. 245). Que, portanto,

¹⁵ AGAMBEN. Bartleby, or On Contingency, p. 259-261.

a potência só permaneça potência (de ser e de não ser) enquanto não se actualize transforma o escrivão que prefere não escrever ou copiar na imagem paradigmática de uma potência absoluta (indiferente à vontade própria ou alheia).

Já a potência de Deus, malgrado a sua onipotência, não pode não ser condicionada pelo seu próprio querer – eis o paradoxo com que se confrontaram tantos teólogos. Com Leibniz, a criação surgirá como o melhor dos mundos possíveis, aquele que Deus teria escolhido – o mundo realmente existente – o qual, nos termos de um apólogo incluído na *Teodiceia*, se encontra no topo da pirâmide do palácio dos destinos. Eis o cenário: a pirâmide contém todos os mundos possíveis, representando o intelecto divino, como “uma prisão à maneira de Piranesi, ou antes um mausoléu egípcio, que, até ao fim dos tempos, guarda a imagem do que não foi, mas poderia ter sido” (p. 266).

É difícil imaginar algo mais fariseu do que um demiurgo a contemplar todos os mundos possíveis incriados para se comprazer na sua própria escolha. Para tal, ele tem de fechar os ouvidos ao incessante lamento que, através das infinitas salas deste inferno barroco da potencialidade, ascende de tudo o que poderia ter sido mas não foi, de tudo o que poderia ter sido de outro modo mas teve de ser sacrificado para que o mundo actual fosse como é (p. 266).

Será este o cenário da experiência puramente poética de que Bartleby será o herói. No final da novela, o advogado arrisca também ele interpretar o carácter do malgrado copista, baseando-se no rumor segundo o qual Bartleby fora em tempos funcionário do Serviço de Refugos Postais de Washington.

Quando penso no tal rumor, mal consigo exprimir as emoções que me avassalam. Cartas perdidas [*Dead letters*]! Não soa tal qual homens perdidos [*dead men*]! Imagine-se um indivíduo por natureza e infortúnio propenso a um sombrio desalento, haverá tarefa mais apta a aumentar-lho do que o manuseio constante dessas cartas perdidas, preparando-as para as chamas?¹⁶

Para Agamben, a interpretação do advogado é trivial não tanto em virtude do seu psicologismo, mas porque falha a relação – poder-se-ia dizer literal – entre as cartas perdidas e a fórmula de Bartleby, pois que “cartas perdidas são a cifra de acontecimentos felizes que poderiam ter acontecido, mas nunca aconteceram”, e uma vez que “o acto de escrever marca a passagem da potencialidade para a actualidade [...], toda a carta marca a não ocorrência de algo [...] e é sempre nesse sentido ‘dead letter’”.¹⁷

Bartleby prefere não escrever, e muito especificamente não copiar. Para Agamben, ele assemelha-se não tanto ao anjo crucificado de que fala Deleuze quanto ao *Angelus Novus* de Klee, tal como o viu Benjamin nas suas *Teses sobre o conceito de história*, mas com uma diferença. Sim, ele tem “o rosto voltado para o passado” e o que vê é ainda “uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas”,¹⁸ mas o vendaval que sopra do paraíso já não é mais forte do que o anjo. E o fragor do progresso

¹⁶ MELVILLE. *Bartleby*, p. 82.

¹⁷ AGAMBEN. *Bartleby, or On Contingency*, p. 269.

¹⁸ BENJAMIN. *Sobre o conceito de história*, p. 13.

– o tal vendaval – não o impede de ouvir os lamentos emergindo dos confins do palácio dos destinos. Ele prefere não reescrever a história dos vencedores tal como a escreveram os seus primeiros copistas.

VIII. Menos entusiastas, Hardt e Negri veem no “carácter absoluto da recusa”¹⁹ de Bartleby o mistério da novela de Melville e posicionam o seu herói na esteira de Étienne de La Boétie, enquanto figura extrema (a par de Michael K de Coetzee) da recusa da servidão voluntária. Reconhecem, pois, menos o teor do que as consequências do gesto; pois “pelo seu aspecto [de Bartleby], se vê perfeitamente que as suas excentricidades são *involuntárias*”.²⁰ Mais, parece escapar-lhes o que torna a fórmula eficaz, capaz de reduzir à ineficácia qualquer ordem (mas também qualquer pedido, pergunta, conselho): o facto de não se afirmar enquanto recusa. La Boétie escrevera: “Resolve nunca mais servir, e serás livre”.²¹ Nada poderia estar mais distante de Bartleby, que não resolve coisa nenhuma e que, mais do que decide recusar em determinado momento as tarefas de que é incumbido, se abstém progressivamente de fazer seja o que for, incluindo decidir, obedecer ou desobedecer.

Em qualquer dos casos, para Hardt e Negri, a abstinência de Bartleby é o lugar primevo da recusa, o ponto de partida de toda e qualquer política libertária. Ao mesmo tempo, tal recusa – se e quando absoluta, como a de Bartleby – é em si mesmo vazia. É preciso pôr-se a caminho, ir ao encontro de outrem, encher de sulcos o areal do que se pode ser, escapar ao destino solitário e suicidário de Bartleby, não se contentar com uma negação abstracta: “Para além da mera recusa, ou como parte dessa recusa, temos também de construir um novo modelo de vida e sobretudo uma nova comunidade”.²²

Talvez Hardt e Negri falhem o alvo no que concerne à novela de Melville, mas nem por isso é despropositado o seu cepticismo quanto ao que possa vir ser a comunidade por vir de que Bartleby tivesse sido o Messias.²³ Não sendo Bartleby nem Cristo nem Anjo, caberia – numa reviravolta alegórica – torná-lo Bárbaro: transpor o Rubicão que separa o “corpo *incapaz* de se submeter ao comando [...] de se adaptar à vida familiar, à disciplina na fábrica, às regras da vida sexual tradicional”, do “novo corpo [...] *capaz* de criar uma nova vida”. Pois é “o caminho infinito dos bárbaros que forma um novo modo de vida”.²⁴

IX. Referindo-se explicitamente à leitura de Hardt e Negri, Žižek sublinha, em *The Parallax View*, que Bartleby não diz que *não quer*, mas antes que *prefere* ou *quer não*. Afirmar-se-ia um não predicado, mais do que se negaria um predicado. E remata: “É assim que se passa de uma política da ‘resistência’ ou do ‘protesto’, enquanto parasitária

¹⁹ HARDT; NEGRI. *Empire*, p. 203.

²⁰ MELVILLE. *Bartleby*, p. 33, grifo do original.

²¹ LA BOÉTIE *apud* HARDT; NEGRI. *Empire*, p. 204.

²² HARDT; NEGRI. *Empire*, p. 204.

²³ Que Hardt e Negri escrevam tendo em mente os ensaios de Deleuze e Agamben é indiscutível, tanto que se lhes referem em nota de rodapé, após observarem que “dada a grande apetência de Melville pela metafísica, não é de espantar que Bartleby solicite interpretações ontológicas” (HARDT; NEGRI. *Empire*, p. 203).

²⁴ HARDT; NEGRI. *Empire*, p. 216, grifos do original.

daquilo que nega, para uma política que abre um novo espaço fora da posição hegemónica e da sua negação”.²⁵ Tome-se então a alegoria à *letra*:

Podemos imaginar as diversas formas que um tal gesto pode assumir no espaço público contemporâneo: não só o óbvio “Temos grande oportunidades de carreira! Junte-se a nós!” – “Preferiria não”; mas também “Descubra a profundidade do seu verdadeiro eu, encontre a paz interior!” – “Preferiria não”; ou “Tem a noção dos perigos que corre o ambiente? Faça algo pela ecologia!” – “Preferiria não”; ou “E as injustiças raciais e sexuais de que somos testemunhas? Não estará na hora de fazer alguma coisa?” – “Preferiria não.” Trata-se de um gesto de subtracção na sua máxima pureza, a redução de todas as diferenças qualitativas a uma diferença mínima puramente formal (p. 382).

Caberia, segundo o próprio Žižek, distinguir a sua visão de Bartleby da de Hardt e Negri em dois pontos cruciais. Em primeiro lugar, não bastaria identificar a atitude de Bartleby com um mero movimento inicial, de recusa absoluta e distanciamento radical, a partir do qual – e abandonando o qual (isto é, mudando de atitude) – se construiria uma nova comunidade. Estaria em jogo, ou deveria estar em jogo, num segundo momento, *não abandonar* a negatividade do gesto e da fórmula de Bartleby, mas antes *conservá-la* ou *dar-lhe corpo*. É nos termos de uma abordagem hegeliana – uma, porém, em que a negatividade toma a dianteira²⁶ –, que Žižek relê a fórmula de Bartleby, cruzando-a com o seu entendimento da paralaxe. Devendo funcionar como *arché* mais do que como mero ponto de partida, a atitude de Bartleby “não é meramente o estádio inicial, preparatório, do trabalho posterior, mais ‘construtivo’, de formar uma nova ordem alternativa; é a própria fonte e horizonte dessa ordem, o seu fundamento permanente” (p. 382).

Em segundo lugar, importaria ainda reconhecer que a recusa, a retirada, a abdicação de Bartleby não é apenas um modo de dizer “não” ao império, mas ainda – é o que se depreende imediatamente do elenco de “não preferidos” enunciados acima – um modo de dizer “não”, de recuar perante, ou de renunciar a outros modos de lhe dizer “não”; para Žižek, portanto, trata-se também de dizer não “a todas as formas de resistir que favorecem a autorreprodução do sistema assegurando a nossa participação nele” (p. 383). Nesse ponto, é-lhe próxima a interpretação de Deleuze proposta por Zourabichvili, quando põe a tónica em que se trata para Deleuze de *esgotar* o possível, acabando de vez com a mascarada do sistema de alternativas.

É o que propõe Žižek, mas não sem conduzir a alegoria ao seu limite, no limiar de uma dificuldade a que a consideração da fórmula conduz necessariamente: “A dificuldade de imaginar o Novo é a dificuldade de imaginar Bartleby no poder”. Ora, imaginar Bartleby no poder é simplesmente absurdo. Não haveria como não escamotear a fórmula nesse ponto. E isto porque, por contraste com Deleuze e Agamben, para Žižek, tal como

²⁵ ŽIŽEK. *The Parallax View*, p. 381 e subsequentes.

²⁶ O contraste – e, na verdade, a proximidade em relação a Adorno – é aqui curiosa: se, para Adorno, desdobrar uma *dialéctica negativa* contra Hegel significa impedir a equiparação entre a “negação da negação” e a “afirmação” (a um outro nível), uma dialéctica em paralaxe supõe, a favor (de uma reatualização) de Hegel, que a negatividade deve ser conservada no momento *reafirmativo* da “negação da negação”. O gesto da “conservação” é seguramente hegeliano, mas, uma vez que o que se conserva já não é o “afirmado” no momento da “negação determinada” (como em Hegel) mas o “negado” no momento da “negação da negação (determinada)”, o espírito da operação é indiscutivelmente adorniano.

para Hardt e Negri, não deixa de ser necessário pensar esse segundo momento já não apenas subtrativo, passivo, inoperativo – embora dando ainda corpo à subtração, à paixão, à inoperância – se o que nos ocupa é a construção, por mais tateante que seja, de uma outra forma de comunidade.

3. – RETICÊNCIA –

X. O que salta à vista é que a *alegoria* não resulta necessariamente menos credível quando a *fórmula* se vê treslada ou escamoteada. E isto porque, *mutatis mutandis*, ela também não ressalta necessariamente mais persuasiva – muito embora o *persuasivo* nem sempre vá a par do *apaixonante* – quando Bartleby se nos apresenta, explícita ou implicitamente, na sua função messiânica – qual Cristo ou qual Anjo, nas leituras de Deleuze e de Agamben.

O que nos reconduz ao “efeito Bartleby”. Não é tanto graças à *fórmula* quanto em virtude da *alegoria* (e independentemente de quão subtil seja o entrelaçamento de ambas), que se pode falar de um “efeito Bartleby” a um só tempo *literário*, *filosófico* e *político*. O que exaspera, portanto, é a figura de uma triangulação forçada, na qual o enigma – e com ele o choque e o apelo – da *literatura*, de que Bartleby seria a figura paradigmática, forneceria à *filosofia* a pedra-de-toque que lhe permitiria pensar de outro modo a *política*, outra política.

Numa troca de correspondência com Gisèle Berkman, Jean-Luc Nancy confessasse, também ele, algo exasperado com o “efeito Bartleby”: “Toda a gente se agarra a esse ‘I would prefer [not to]...’, mas para mim é isso precisamente que não resulta [...] Chega-me aos ouvidos ‘interpreta-me!’ e isso incomoda-me”.²⁷ A reticência que se expressa no presente ensaio é de outra ordem. Ela não diz respeito à novela de Melville, ou à fórmula de Bartleby que a tornou célebre, mas sim ao quadro geral – e não tanto cada um dos seus elementos – de uma exasperante saturação interpretativa.

O que incomoda, mais precisamente, não é tanto a diversidade de interpretações filosófico-políticas suscitada por *Bartleby* – sendo que essas interpretações divergem quer quando se lançam num corpo a corpo com a fórmula quer quando lhe fazem vista grossa. O que incomoda, e pode exasperar, é sobretudo que quando tais leituras logram articular os momentos *literal* e *alegórico* com mais êxito – como nos casos de Deleuze e Agamben, que são também os mais célebres – o nexo literário-filosófico-político fique refém de um elemento messiânico – e isto independentemente de este elemento se ver equiparado ao resgate do que não foi mas podia ter sido (à escuta dos lamentos dos passados contingentes que emergem do fundo infinito do palácio dos destinos), ou ao esgotamento do sempre já possível (à escuta do clamor do ser virtual no mais recôndito ponto do deserto).

É porventura de uma certa forma de pensar (filosoficamente) a relação entre política e literatura que importa desembaraçar-se. A literatura tem uma política que lhe é própria. E, nesse sentido, se Bartleby se parece com a literatura, ou vice-versa, é

²⁷ NANCY *apud* BERKMAN. *L'effet Bartleby*, p. 179.

num esquivar-se à interpretação que fragmenta, multiplica, dispersa leituras possíveis mais do que as rechaça em bloco como impossíveis. Mas reconhecer a especificidade da “política da literatura” não implica apenas preferir não tomar *a personagem* por emblema de uma eventual comunidade ou humanidade vindoura; implica também preferir não tomar o *procedimento* como bitola de uma qualquer política por vir; implica, pelo menos, admitir que a analogia poderá não funcionar; implica, afinal, aceitar que Bartleby possa preferir não se sacrificar, nem a si nem à fórmula, no altar erigido quer pelos advogados quer pelos profetas de uma revolução por imaginar.



ABSTRACT

The present essay discusses the so-called “Bartleby effect” in its literary, philosophical and political dimensions, while bringing into account the readings of Melville’s novel offered by Blanchot, Deleuze, Agamben, Hardt, Negri, Žižek, among other authors. I distinguish two procedures – one following the thread of the “formula”, the other of the “allegory” – and show how they may either converge or diverge in the above-mentioned readings. The final “reticence” expresses a critical concern as regards the relationship between literature and politics. On account of realizing both the difficulties in articulating the “formulaic” and the “allegorical” procedures, and the prevalence of a certain messianism, when that articulation seems to succeed, I suggest that recognizing the “politics of literature” cannot – and should not – be equated with transforming any literary character and/or formula into an emblem of politics.

KEYWORDS

Bartleby, Melville, formula, allegory, politics, literature, philosophy

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Bartleby, or On Contingency. In: _____. *Potentialities: Collected Essays in Philosophy*. Edição e tradução de Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford University Press, 1999. p. 243-271.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *O anjo da história*. Edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010. p. 9-20.
- BERKMAN, Gisèle. *L'effet Bartleby*. Philosophes lecteurs. Paris: Hermann, 2011.
- BLANCHOT, Maurice. *L'écriture du désastre*. Paris: Gallimard, 1980.
- DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou la formule. In: _____. *Critique et clinique*. Paris: Minuit, 1993. p. 89-114.
- DERRIDA, Jacques. *Donner la mort*. Paris: Galilée, 1999.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 2001.

JAWORSKI, Philippe. *Le désert et l'empire*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1986.

MELVILLE, Herman. *Bartleby*. Tradução de Gil de Carvalho. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. Deleuze, Bartleby et la formule littéraire. In: _____. *La chair des mots*. Politiques de l'écriture. Paris: Galilée, 1998. p. 179-203.

ŽIŽEK, Slavoj. *The Parallax View*. Cambridge (MA); London: MIT Press, 2009.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze et le possible (de l'involontarisme en politique). In: ALLIEZ, Éric (Org.). *Deleuze, une vie philosophique*. Paris: PUF, 1998. p. 335-357.

Recebido em 31 de outubro de 2014

Aprovado em 9 de março de 2015